


CLIPPER BOOK MIRANDA			MIRANDA Miranda & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL
MEDIA	SÁBADO		
Nº PAG.	26 - 33	DATA 28 dezembro 2017	

Destaque

DINHEIRO. O ÚLTIMO ANO ANTES DO NOVO CICLO NOS JUROS

AS SU
FINAN
EM

A stylized illustration of a person in a dark suit walking a tightrope. The person is carrying a large, 3D Euro symbol (€) on their back. The background features large, semi-transparent letters spelling out 'AS SU', 'FINAN', and 'EM'.

CLIPPER BOOK MIRANDA			 Miranda & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL
MEDIA	SÁBADO		
Nº PAG.	26 - 33	DATA	



28 DEZEMBRO 2017 | S
SÁBADO • www.sabado.pt

No próximo ano mantém-se a prestação baixa da casa e há alívio visível no IRS, mas os salários não mexem muito e o custo de vida aumenta. Perceba o que aí vem – e como deve orientar-se. Por **Bruno Faria Lopes**

O QUE VAI ACONTECER À PRESTAÇÃO DA CASA EM 2018?

Taxas ainda negativas na véspera da viragem

• Ana Pinto, 46 anos, pagava 690 euros no total por duas hipotecas a 30 anos sobre a sua casa na periferia de Lisboa – hoje paga 560 euros, uma poupança de 20%. Os últimos anos têm sido amigos de quem tem um crédito à habitação, cortesia do nível historicamente baixo das taxas Euribor, e em 2018 “as coisas ainda não vão ser muito diferentes”, diz Filipe Garcia, economista-chefe da consultora IMF, no Porto. O mercado antecipa que a Euribor a 3 meses esteja num valor médio de -0,3%, com o mais alto (-0,25%) a aparecer em Dezembro de 2018. Para a Euribor a 6 meses, Rui Bernardes Serra, economista-chefe do Montepio, aponta para um valor médio de -0,23% e de -0,17% daqui a um ano. Ou seja, taxas ainda negativas – a abater ao *spread* – e prestações em baixo. Mas já no último trimestre do ano vai começar a ser visível uma mudança gradual nesta maré. As taxas de juro historicamente baixas devem-se ao programa de estímulo monetário que o Banco Central Europeu lançou para salvar a economia europeia de um pântano de baixo crescimento e deflação – este programa significou a injeção de biliões na economia e o excesso de liquidez baixou as taxas a níveis nunca antes vistos. Agora, “perante os sucessivos sinais de fortalecimento da atividade económica, tornou-se importante começar a reduzir os estímulos, sendo expectável que as taxas de juro da dívida dos diversos países da zona euro possam subir, mas de uma forma moderada”, explica Bernardes Serra. É no final do próximo ano, estima o economista, que “as Euribor deverão começar a aumentar de forma mais notória”.

Destaque

DICA

Amortize antecipadamente o seu empréstimo

Uma regra das finanças pessoais é usar parte da poupança disponível para ir abatendo às dívidas. Os bancos não podem cobrar uma taxa superior a 0,5% sobre o montante que se propõe abater antecipadamente (ou 2% no caso de a taxa ser fixa). O Portal do Cliente Bancário, do Banco de Portugal, oferece-lhe uma ferramenta para simular o que acontece à sua prestação mensal quando abate à dívida. Um exemplo: quem tiver ainda por pagar 100 mil euros da sua hipoteca com 20 anos de prazo pela frente e estiver a suportar uma taxa anual efectiva de 1,2% paga cerca de 469 euros por mês. Se abater uma poupança de três mil euros a este valor passa a pagar cerca de 455 euros. Esta poupança mensal de 14 euros parece pouco, mas transforma-se em 3.360 euros ao longo da vida útil restante do empréstimo (240 meses). Há duas excepções genéricas à regra: não é aconselhável amortizar antecipadamente caso não tenha um pé-de-meia de emergência (pense num bolo que garanta pelo menos um semestre de despesas fixas) ou se os juros que estiver a tirar das suas aplicações forem claramente superiores à taxa efectiva do crédito à habitação (o que para aforradores conservadores é, na actual conjuntura, muito difícil). Lembre-se: a subida das Euribor é uma certeza, mais vale ir-se preparando.

O QUE MUDA NOS NOVOS CRÉDITOS À HABITAÇÃO EM 2018?

Mais tempo e informação para decidir

É uma das directivas europeias que entra em vigor em Portugal, logo a 2 de Janeiro: os créditos para compra de casa vão ter novas regras. A informação sobre as condições que o banco lhe propõe passa a ser-lhe entregue num formulário harmonizado a nível europeu (FINE) – o resultado da simulação pedida ao banco vem numa primeira FINE e as condições finais acertadas vêm noutra. O novo formulário tem mais informação do que a até aqui entregue: além da taxa anual efectiva de encargos (TAEG), tem a taxa anual nominal (*spread* mais a Euribor), as comissões, os custos e os seguros exigidos, o total do empréstimo e o total a reembolsar, entre outros. Esta FINE passará também a ser entregue ao fiador que, tal como o titular do crédito, passa a ter direito a um período de reflexão de

66%

Aumento

das obras para construção nova em Lisboa, o mercado imobiliário mais quente do País. No Porto, a subida é de 82%

Educação

Aproveite 2018 para fazer um curso de formação em finanças pessoais. A DECO e o site www.todoscontam.pt são bons pontos de partida para informação sobre cursos

30 dias sobre a proposta do banco antes de assinar o contrato para poder comparar propostas de outros bancos – mesmo que a decisão esteja tomada à cabeça, não poderá assinar antes de passarem sete dias da apresentação da proposta. A avaliação dos imóveis passa a ser feita por um avaliador independente registado na CMVM e o consumidor pode requerer uma segunda avaliação se discordar muito da primeira (vai pagá-la). Na negociação do crédito pode ficar contratuado que, em caso de incumprimento, a dação do imóvel liberta totalmente o devedor do seu encargo. Os bancos, por outro lado, também são incentivados a avaliarem melhor o perfil de risco dos clientes (podem fazer-lhe mais perguntas). Isto num cenário em que os *spreads* mínimos praticados deverão continuar a cair. O mais baixo no mercado é do Bankinter: 1,15% por empréstimos superiores a 150 mil euros.

DICA

Aproveite o que a lei lhe dá

Passa a ter mais informação disponível e mais tempo para aceitar uma dada proposta, por isso aproveite: vá a mais do que um banco, reúna as FINE e compare todas as alíneas. A TAEG reflecte o custo total do empréstimo (*spread*, Euribor, encargos bancários e o custo de subscrição de produtos associados ao crédito, como seguros) e é por onde deve começar. Compare *spreads* e, importante, veja se um *spread*

SE JÁ TIVER UM PÉ-DE-MEIA FEITO DEVE AMORTIZAR DE FORMA ANTECIPADA O CRÉDITO DA CASA

mais baixo não esconde comissões mais altas noutro lado. E lembre-se que a prestação deverá pesar idealmente até um terço do rendimento disponível mensal (até 40% os bancos, por regra, estão confortáveis).

O PREÇO DAS CASAS VAI CONTINUAR A SUBIR?

A febre vai continuar, mas mais moderada

Os preços no centro histórico subiram 26% na primeira metade deste ano em Lisboa e 13,4% no Porto, segundo a consultora Confidencial Imobiliário. Os dados do INE sobre o terceiro trimestre contam a mesma história: aumento de 10% no preço das casas e volume recorde de transacções. A recuperação – e revolução estrutural – no mercado imobiliário português é uma das grandes histórias do pós-crise e vai continuar em 2018, embora de forma mais moderada do que este ano. “Não há motivos para pensar que vai ajustar em baixa, como não há para

A MAIOR PARTE DOS FACTORES QUE TÊM DITADO A SUBIDA DO PREÇO DAS CASAS MANTÉM-SE EM 2018

Bloco

de Esquerda tem proposta para limitar a 90 dias por ano o alojamento local. Outros partidos têm propostas: o tema será quente

pensar que vai crescer ao ritmo de agora: será uma fase de maior estabilidade”, prevê Ricardo Guimarães, director-geral da Confidencial. O índice Portuguese Housing Market Survey, produzido a partir de um inquérito feito pela Confidencial a operadores de mercado, aponta para um crescimento dos preços superior a 4% nos próximos 12 meses em Portugal (4% em Lisboa e 5% no Porto). A tendência de crescimento vai continuar porque os factores que levaram às subidas recentes vão persistir: a oferta insuficiente para a procura (o principal mercado é o de troca de casa e as pessoas adiam a venda porque depois é difícil comprar), as rendas caras que incentivam a compra, os juros baixos que incentivam muitos a procurarem imobiliário como investimento (só metade das transacções são financiadas a crédito, explica Ricardo Sousa, que lidera a imobiliária Century21), o turismo e a invasão de investidores estrangeiros. Ricardo Guimarães cita a expectativa de aumento de construção nova (até Novembro as obras planeadas aumentaram 66% na capital e 82% no Porto) e Ricardo Sousa aponta que a procura internacional começa a baixar de valor e há ainda o início da subida das taxas de juro previsto para o final do ano – razões que, a par das grandes valorizações desde 2014, justificam as previsões de moderação da tendência (que saíram furadas em 2017). O segmento médio e as partes melhores das periferias – bairros periféricos face ao centro e bairros das zonas metropolitanas – é onde o negócio vai ser mais dinâmico. ■



Destaque

AS RENDAS DAS CASAS VÃO BAIXAR?

A pressão vai continuar

❶ Não. O coeficiente de actualização das rendas, calculado pelo INE, vai ditar um aumento de 1,12% para as rendas posteriores a 1990 (isto nos casos em que o contrato com o senhorio não dita aumentos maiores). Para novos contratos o mercado vai continuar sob pressão, quer em Lisboa (onde o Índice de Rendias Residenciais da Confidencial mostra um crescimento de 44% desde meados de 2014), quer no resto do País. Ricardo Guimarães aponta que as casas que entraram no mercado com a reforma da lei do arrendamento já foram absorvidas. “Vai continuar a haver subidas de preços”, afirma, referindo-se à “periferia do centro”, ou seja, bairros fora do centro histórico (centro onde os preços já se desligaram da realidade do poder de compra dos portugueses). Tal como no mercado de compra e venda – com o qual as rendas estão correlacionadas – a expectativa é que permaneçam em 2018 os factores que levaram às subidas recentes, como o incentivo do turismo ao alojamento local e a saída das famílias para bairros fora do centro ou mesmo na periferia, mais comportáveis.

❶ DICA

Oportunidade no arrendamento fixo

Para quem tenha liquidez, o investimento em imobiliário para arrendamento de longa duração oferece oportu-

Investir

em pequenas e médias empresas através de plataformas como a Raize, a Housers, a Portugal Crowd ou a Seeders pode ser uma das tendências de 2018 para investidores particulares mais sofisticados

tunidade para boas taxas de retorno. “Numa perspectiva de exposição ao imobiliário há oportunidades interessantes na periferia que oferecem taxas de retorno entre os 5% e 7%”, nota Ricardo Guimarães, da Confidencial. Comparado com o alojamento local é uma lógica de investimento diferente: a compra na periferia (do centro, como Benfica ou Matosinhos) ou nos arredores implica um investimento menor, as rentabilidades são estáveis e o trabalho de manutenção é menor (o serviço prestado no alojamento local implica uma actividade económica).

O QUE MUDA NOS PAGAMENTOS BANCÁRIOS?

A revolução que traz novos serviços

❶ Quando está a fazer compras numa loja *online* precisa de um cartão de crédito, ou de um cartão de crédito temporário (através da aplicação MB Way), ou de passar na sua conta *online* para fazer um pagamento. A partir do próximo ano tem mais uma opção – pode pagar directamente na loja *online* do comerciante a partir da sua conta bancária. É possível, também, que ao comprar uma televisão, por exemplo, o terminal em que introduz o cartão lhe pergunte logo se quer fraccionar o pagamento ou pagar a pronto (hoje, se usar cartão de crédito, tem de ir ao *site* para pedir ao banco). E se tiver várias contas bancárias poderá ter uma aplicação que reúna toda a informação do seu património espalhado por essas contas, facilitando a organização e operações como pedidos de crédito (é mais fácil prestar informação ao banco). Estes são exemplos do que vai mudar com a nova Directiva Europeia dos Serviços de Pagamentos, que foi aprovada em 2016 e deverá entrar em vigor em meados do próximo ano. Até agora, os seus dados bancários eram propriedade dos bancos, que negociavam o acesso a entidades que processam pagamentos, como a SIBS. A nova directiva define que os dados (número de conta, saldo, etc.) passam a pertencer-lhe. “Podemos, se quisermos, transferir esses dados para uma terceira

INVESTIR PARA ARRENDAMENTO FIXO PODE OFERECER “ENTRE 5% A 7%” DE TAXA BRUTA

Em 2018

o Parlamento vai debater uma petição da Deco contra os exageros nas comissões de manutenção de conta

0,0%
Taxa

de juro proposta pelo BPI num depósito a prazo a um ano. Nenhum depósito bate a inflação esperada em 2018

A TAXA MAIS ALTA PARA UM DEPÓSITO A PRAZO NO MERCADO É DE 1,75% ANTES DE IMPOSTOS

entidade, licenciada e autorizada, que fica com autorização para tratar informação e iniciar qualquer pagamento”, explica João Machado Matos, da Associação Fintech Portugal. “Essas terceiras partes poderão usar dados para criarem novos produtos”, acrescenta. Por outras palavras: outras empresas (cuja actividade é autorizada e supervisionada pelo Banco de Portugal), além dos bancos, vão poder fazer pagamentos a partir da sua conta. Quebrado o monopólio da banca é certo que aparecerão várias entidades a disputar esse mercado com novos serviços e que a própria banca tentará reagir. A directiva obriga a mecanismos de segurança mais apertados por parte das entidades que processam os pagamentos e reforçam as salvaguardas do consumidor: diminui de 150 para 50 euros o montante máximo a suportar numa operação de pagamento não autorizada e desresponsabiliza o utilizador quando o prestador do serviço de pagamento *online* não cumpria os requisitos de segurança.

OS BANCOS VÃO DAR MAIS PELO NOSSO DINHEIRO?

As taxas vão continuar no fundo do poço

Em Outubro passado os portugueses tinham 92.9 mil milhões de euros depositados a prazo na banca, cerca de 57% a um ano – o valor tem vindo a cair, mas esta continua a ser uma opção para muitos investidores conservadores criarem um pé-de-meia ou simplesmente estacionarem o dinheiro sem aparência de risco. As taxas de juro brutas praticadas pelos cinco maiores bancos portugueses para um depósito a prazo de um ano são, em média, de 0,19%, ou seja, praticamente zero. O retorno nulo da poupança pelos bancos é o outro lado da moeda da política monetária atípica do Banco Central Europeu que tem levado as prestações dos créditos à habitação a taxa variável a baixarem muito – e, pelas razões explicadas na resposta à primeira pergunta deste artigo, esse retorno excepcionalmente baixo não vai desaparecer em 2018. Neste cenário, as rendibilidades mais atraentes que encontrarão são tipicamente nos depósitos de instituições mais pequenas que procuram atrair clientes – o Banco Invest (taxa bruta de 1,75% a um ano), o BNI Europa (1,1%) e o Atlântico Europa (1%) são três exemplos do mais alto que a **SÁBADO** encontrou neste prazo. Um juro bruto de 1,75% é diferente de 0% e vale a pena a pesquisa, mas no fim do dia o impacto está longe de ser grande – todas as taxas praticadas no mercado ficam em termos líquidos abaixo da inflação de 1,5% prevista pelo Banco de Portugal. Mesmo o Estado já respondeu ao contexto e cortou para metade a rentabilidade dos novos Certificados de Tesouro Poupança Crescimento face aos anteriores – o produto é a sete anos e, nesta conjuntura, pode valer a pena esperar pela viragem do ciclo de taxas baixas (a partir do final do próximo ano) e depois tentar aproveitar ofertas mais favoráveis dos bancos ou do próprio Estado. Quem tem mais tolerância ao risco dispõe de outras opções (ver pergunta seguinte).

DICA**Tente cortar nas comissões bancárias**

Numa era de juros marginalmente acima de zero, procurar o banco com a melhor taxa de retorno pode dar-lhe uns trocos adicionais – mas evitar as cada vez mais altas e frequentes comissões bancárias pode “render” mais num ano. Para 2018 não há sinal de abatimento destas comissões, que começaram a aumentar e a serem cobradas sobre clientes antes isentos pelos bancos. A tendência não é para caírem e o Santander, por exemplo, já anunciou comissões mais altas para 2018. ActivoBank, Banco CTT, Best Bank, Banco BIG, Atlântico Europa e BNI Europa são os poucos bancos que, segundo a DECO/Proteste, para

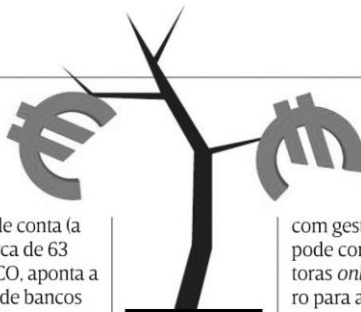
Destaque

■ já não cobram a comissão de manutenção de conta (a CGD ou o Santander, por exemplo, custam cerca de 63 euros por ano). Nuno Rico, economista da DECO, aponta a concentração de contas bancárias e a escolha de bancos que não cobrem taxas (para uma conta de gestão corrente de despesas domésticas, por exemplo) como formas de reduzir este encargo. Mas nota que pode ser difícil evitá-lo de todo: ou porque o crédito da casa está contratualmente ligado a uma conta nesse banco sob pena de revisão em alta do *spread* (consulte o seu contrato) ou porque uma opção como a conta de serviços mínimos (que cobra menos de 5,57 euros por ano) implica que o cliente concentre a sua vida financeira só numa conta bancária.

COMO FUGIR ÀS TAXAS ZERO DOS SEUS DEPÓSITOS?

PPR e fundos índice para quem tolera risco

● Com taxas praticamente nulas nos bancos e muito baixas nos certificados do tesouro há um incentivo para procurar outras alternativas. Além da exposição ao imobiliário para quem tiver mais liquidez (ver pergunta 4) há outras opções que exigem menor investimento. Numa perspectiva de preparação da reforma, os PPR fazem sentido: não tanto pela dedução fiscal de 20% das aplicações (têm um tecto até 400 euros e concorrem com outras deduções para atingir o limite), mas porque a tributação das mais-valias no reembolso é de 8% em vez dos 28% aplicados sobre a generalidade dos produtos de poupança (se cumprir os critérios de resgate: estar reformado, ter mais de 60 anos, resgatar para pagar o crédito à habitação ou para compensar a perda de emprego por incapacidade). A escolha do seu PPR depende da tolerância ao risco e do horizonte temporal do investimento. Para quem aceite mais turbulência a DECO/Proteste, por exemplo, recomenda o Alves Ribeiro PPR, um fundo com exposição parcial a acções – não tem capital garantido e também perdeu em anos maus no mercado (2008 e 2011), mas nos últimos dez anos rendeu 8,7% ao ano, sinal de uma boa gestão activa. Se tiver menos tempo para a reforma, a regra é minimizar o risco (porque não tem tempo para recuperar as perdas). A mesma DECO/Proteste recomendava este ano o Lusitania Poupança Reforma PPR (capital garantido, 4% de taxa em média nos últimos três anos e rendimento mínimo garantido, que este ano foi de 1,5%). Fora da poupança para a reforma tem a hipótese de investir em acções – colocando uma parte da sua carteira – investindo em fundos que repliquem todo um índice (ou seja, que reúnem vários títulos e sejam diversificados), os chamados ETF. A oferta destes fundos, que como replicam o mercado têm comissões de gestão mais baixas do que os fundos de investimento



66
anos

e quatro meses passa a ser a idade legal de reforma em 2018, mais um mês do que no ano anterior

O fisco

assumia que 25% do total dos rendimentos dos recibos verdes eram despesa e o imposto só incidia sobre o restante. Em 2018, o novo regime simplificado reduz o limiar para 10%. Os outros 15% têm de ser justificados com despesas

O PPR ALVES RIBEIRO TEM UMA TAXA DE RETORNO MÉDIA DE 8,7% AO ANO AO LONGO DA ÚLTIMA DÉCADA

com gestão activa, tem vindo a aumentar muito, o que pode complicar a escolha – os bancos *online* e as corretoras *online* podem disponibilizar um consultor financeiro para ajudar à construção de uma carteira de acordo com o seu perfil.

OS SALÁRIOS VÃO AUMENTAR?

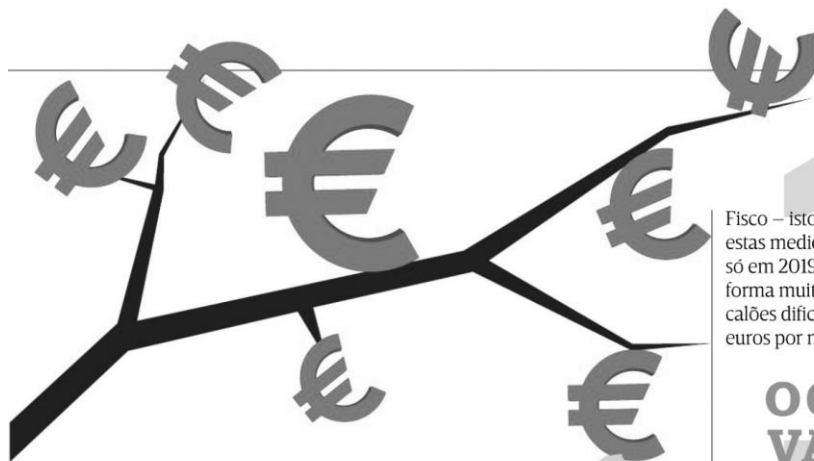
A moderação vai continuar a ser a regra

● O salário mínimo vai aumentar para 580 euros (677 euros quando visto em 12 meses) no próximo ano, beneficiando uma fatia cada vez maior de pessoas: quase um quarto (22%) dos trabalhadores recebe salário mínimo. O crescimento desta percentagem (aumentou quase 10% este ano face a 2016) sugere que há cada vez mais trabalhadores a serem “apanhados” pelo salário mínimo – ou seja, que o aumento não se estará a repercutir genericamente nos salários mais acima. “Os valores salariais têm-se mantido estáveis, com ligeiros aumentos na oferta salarial para funções qualificadas onde é mais difícil identificar profissionais qualificados”, indica Sandrine Veríssimo, directora regional da consultora Hays. “O próximo ano deverá seguir esta tendência de ligeiro aumento [para alguns qualificados]”, prevê. Os economistas do trabalho admitem que a moderação salarial tem a ver ainda com a crise – as muitas empresas que não reduziram salários nessa altura também não os aumentam agora. Os que mais fogem à estagnação salarial são os que ganham o salário mínimo ou as pessoas em áreas onde há escassez de profissionais qualificados. “Em 2018 esta tendência deverá verificar-se sobretudo nas áreas de tecnologias de informação, nas engenharias associadas à indústria, e no sector de turismo e lazer”, aponta a especialista da Hays.

OS DUODÉCIMOS ACABAM MESMO?

Pode tentar negociar com o empregador

● A pergunta pode parecer estranha para muitas pessoas – mais de 80% dos trabalhadores do privado, segundo o Governo, já não recebiam (por opção) um subsídio diluído. O Orçamento do Estado para 2018 traz o fim do regime por duodécimos na função pública e no privado. Contudo, para a minoria que vê valor em antecipar o pagamento do seu salário – e em trocar dois picos salariais por maior liquidez mensal – essa solução não passou, em tese, a ser impossível. “Nada impede empregador e trabalhador de acordarem que o subsídio



de férias seja pago, em parte ou na totalidade, em duodécimos. É frequente, aliás, que esse acordo seja estabelecido logo no contrato de trabalho. Tal já era possível antes da entrada em vigor do regime legal de duodécimos agora eliminado e continuará a sê-lo em 2018”, explica Diogo Leote Nobre, sócio responsável pelo departamento de direito laboral na Miranda & Associados. “O mesmo se diga em relação ao subsídio de Natal: nada impede, também, que o empregador pague o subsídio de Natal em duodécimos, total ou parcialmente”, afirma, acrescentando que este subsídio tem sempre de ser pago até 15 de Dezembro, seja qual for a modalidade. Esta liberdade dada pela lei é depois enquadrada pelo contrato colectivo, mas no essencial depende do acordo entre trabalhador e empregador.

QUAL É O IMPACTO DAS MEXIDAS NO IRS?

Mais escalões e fim da sobretaxa dão alívio

► O próximo ano traz duas grandes alterações para os trabalhadores dependentes: o número de escalões passa de cinco para sete e é eliminado o que sobrava da sobretaxa. Para quem efectivamente paga IRS – menos de metade do total que entrega a declaração – o alívio global será notório. Para trabalhadores solteiros e sem filhos o alívio anual pode ir de 175 euros (para rendimentos mensais de 1000 euros) até quatro mil euros (para rendimentos mensais na casa dos 10 mil euros), segundo simulações da consultora Deloitte enviadas à SÁBADO. Para um casal com dois filhos, a redução do imposto a pagar pode ir de 260 a 3.242 euros, consoante o escalão de rendimentos. O efeito da redução da sobretaxa far-se-á sentir de imediato (será mais notório nos rendimentos médio/altos), mas o alívio que poderá vir por via dos escalões vai ser diluído entre 2018, na retenção na fonte (a tabela será conhecida em Janeiro), e 2019, no acerto de contas com o

Fisco – isto porque metade dos 400 milhões de euros que estas medidas valem, segundo o Governo, vai ter impacto só em 2019. Luís Leon, sócio da Deloitte, indica de uma forma muito genérica que o alívio mensal por via dos escalões dificilmente será maior, em média, a cerca de 10 euros por mês.

O CUSTO DE VIDA VAI AUMENTAR?

Preços sobem (mas há excepções importantes)

► Sim. Uma primeira medida do agravamento é a taxa de inflação prevista pelo Banco de Portugal: 1,5%. Cada pessoa ou família sentirá este agravamento de forma diferente, já que o seu próprio cabaz de consumo não coincide com o do cálculo da inflação – além das subidas há algumas descidas importantes de preços, como a gratuidade dos manuais escolares para alunos do 2.º ciclo no ensino público (que levará a um alívio médio próximo de 150 euros). Do lado das subidas estão as rendas (ver pergunta 3), os preços dos transportes (em 2%), os preços de alimentos básicos como o pão (são os comerciantes que decidem e, segundo o *Correio da Manhã*, há quem fale em aumentos até 20%), os ovos ou o azeite (o INE estima um aumento de cerca de 30%). O aumento dos impostos indirectos trará agravamentos ligeiros no tabaco, na cerveja e restantes bebidas alcoólicas (1,5%) e nos refrigerantes. O preço das telecomunicações deverá ficar inalterado e o da electricidade vai descer imperceptivelmente (-0,2%). Andar de carro vai ser 1,4% mais caro – é o agravamento do imposto sobre veículos, do selo e das portagens. Nos combustíveis é possível que haja um alívio nos preços: quer por via da expectativa de ligeira descida do preço do barril de petróleo quer, sobretudo, pela de valorização do euro.

1 DICA

A célebre pequena poupança

Pode ser o exemplo de um pequeno-almoço fora ou de outra pequena despesa diária supérflua – o que interessa é pensar que pequenas poupanças, quando agregadas e a render juros ao longo de vários anos, resultam num bolo generoso. Deixar de tomar o pequeno-almoço fora é um exemplo clássico: são menos dois euros (já tirando a despesa de tomar em casa) por dia, 10 euros por semana, 600 euros num ano. Se sobre este montante conseguir uma taxa média de retorno de 5% ao longo de 20 anos (o que está longe de ser um milagre se tiver em parte da sua carteira exposição de longo prazo a um índice bem diversificado de acções, por exemplo) terá 1.600 euros em 20 anos. ◻